

CAMINHANDO JUNTAS: UMA EXPERIÊNCIA EM EDUCAÇÃO SEXUAL NA PERIFERIA DE SÃO PAULO*

Cristina Bruschini
Carmen Barroso

Pesquisadora da Fundação Carlos Chagas.

Cecília Simonetti
Elizabeth M. Vieira

Assistentes de pesquisa.

RESUMO

Este artigo relata uma pesquisa sobre sexualidade feminina realizada em um bairro da periferia de São Paulo, com um grupo de mulheres participantes de um clube de mães. A metodologia adotada foi a da pesquisa participante, aqui considerada como um mecanismo de integração entre compromisso feminista e prática acadêmica. O trabalho descreve também o processo de elaboração de folhetos de educação sexual, construídos em colaboração com as participantes e devolvidos a elas ao final da pesquisa.

SUMMARY

This paper reports a research on women's sexuality with a group from a mother's club, in the periphery of São Paulo. Participant methodology was chosen as an attempt to bring together feminist commitment and academic practice. Discussions with women helped to prepare sex education booklets, given back to them at the end of the research.



Eva Furnari (Folheto 3, p. 9)

* Este trabalho, apresentado na II Conferência Brasileira de Educação (Belo Horizonte, junho de 1982), na 34ª reunião da SBPC (Campinas, julho de 1982) e na 1ª Conferência Internacional sobre a pesquisa e o ensino relativos à mulher (Montreal, julho/agosto de 1982) analisa alguns aspectos da pesquisa "Esse sexo é nosso", desenvolvida com o apoio financeiro da Fundação Ford. Dela participou, além das autoras, Marilena Pini. Expressa também idéias surgidas durante seminários sobre pesquisa participante, organizados com a colaboração de Maria Malta Campos e realizados na Fundação Carlos Chagas, no 1º semestre de 1982.

PESQUISA PARTICIPANTE E PESQUISA SOBRE A MULHER

Em várias das pesquisas que temos realizado como membros de um coletivo de mulheres, nosso envolvimento com o objetivo pesquisado tem remetido a questões como objetividade/subjetividade científica, produção/processo de conhecimento e conhecimento/transformação. Em algumas delas optamos por uma metodologia do tipo participante, na qual o processo e o produto da pesquisa são tomados de forma integrada, gerando resultados que são utilizados na transformação da realidade estudada. Esse modelo prevê a participação de grupos da população analisada na investigação, o que supõe o desenvolvimento de um processo educativo que acompanha a pesquisa. O objetivo é trabalhar em estreita interação com os sujeitos pesquisados, numa relação mútua de aprendizagem, em todas as etapas do processo. Nossa opção por essa forma de trabalhar reflete, portanto, o desejo e o compromisso de lutar pela transformação da condição feminina. Ora, esta metodologia, que não é tão nova mas que recentemente tem ganhado corpo entre nós, abriu, de certa maneira, um espaço para que isto fosse possível na área acadêmica.

Criticada por uns como simples modismo, rotulada por outros como "disciplina pseudocientífica que ignora todo o avanço da ciência", a chamada pesquisa participante não surgiu ao acaso, mas nasceu na esteira da crítica da intelectualidade à ciência neutra e objetiva, voltada para a explicação das grandes questões e dos comportamentos e atitudes de frias categorias sociais.

A partir da grande onda de contestação ao autoritarismo que se deu em maio de 68, na Europa, nos Estados Unidos e em certa medida também na América Latina, aparecem na sociedade novas formas de questionamento e de organização que escapam da estrutura partidária. Os movimentos populares, de estudantes, de mulheres, são grupos novos, que colocam novos problemas, que se referem à vida cotidiana e que questionam o poder tal como este se cristaliza nas relações entre as pessoas, na prática do cotidiano.

Na América Latina, a partir de um núcleo difusor na Colômbia, a autocrítica dos intelectuais passa pela análise dos efeitos do imperialismo no âmbito da pesquisa científica. (Bonilla, 1972, Fals Borda, 1981) Critica-se a tentativa de colonizar as universidades latino-americanas, impondo temas e metodologias alheios à realidade nacional. Surgem intelectuais comprometidos com as questões nacionais e com as causas populares, propondo não só conhecer a realidade, mas conhecê-la para transformá-la.

Essa autocrítica leva ao questionamento não só do conteúdo do produto do trabalho intelectual, mas também da prática do pesquisador em ciências humanas.

Algumas dessas idéias não eram novidade no Brasil, onde desde o começo da década de 60, um grupo de educadores, sob o comando de Paulo Freire, punha em prática uma pedagogia politicamente comprometida que, partindo da realidade e dos interesses dos oprimidos, buscava um processo de aquisição de conhecimentos que aumentasse o poder de intervenção dos educandos na realidade. Nessa proposta de pedagogia conscientizadora,

os educadores não se aproximam das experiências com esquemas de análise prontos ou pre-determinados. Ao contrário, definem-se como aprendizes, dispostos a fazer e refazer caminhos em conjunto com os grupos aos quais estão ensinando. Reprimido, quando se instala no Brasil o governo militar, o grupo de Freire iria encontrar mais tarde, no exílio, várias correntes ligadas aos movimentos populares que, em 68, atingiram seu ponto máximo de expressão e voltariam a pôr em prática as idéias básicas que sempre nortearam sua proposta.

Para as mulheres, o antiautoritarismo, bandeira de luta do movimento de maio, significou sobretudo o questionamento do poder doméstico e familiar. Reunidas em grupos de reflexão, foram percebendo, pouco a pouco, que as pequenas coisas do cotidiano não são fatos individuais, isolados, mas compõem uma realidade coletiva, um conjunto de fatos políticos que precisam ser analisados, compreendidos e transformados. Perceberam a necessidade de refazer conhecimentos e, nesse sentido, descobrir metodologias mais viáveis para o desvelamento da condição feminina. A busca do conhecimento empírico passa a ser um meio de denunciar desigualdades sexuais.

Mas para isso era preciso rever criticamente uma ciência que, por se dizer neutra e objetiva, e por ser essencialmente misógina, captava a realidade como se esta fosse formada por categorias sociais além de frias, assexuadas. O feminismo, ao denunciar uma ordem social sexualmente assimétrica e propor sua transformação, levanta a necessidade de buscar novas formas de conhecimento capazes de entender uma realidade social que a antiga ciência mantinha obscura: a realidade composta de homens e mulheres, velhos, jovens e crianças, relacionando-se uns com os outros não só no mundo das relações de produção. Como diz a pesquisadora feminista canadense Huguette Dagenais, "a especificidade metodológica do feminismo é o fato de que ele toma a realidade vivida, cotidiana, a experiência das mulheres como ponto de partida, não como uma abstração mas como 'atualidade' e 'prática'. Ele parte da tomada de consciência das mulheres de sua condição específica de alienação, exploração, opressão e liga essas experiências pessoais à estrutura social que as fundamenta e determina. Fazendo isso ele contesta a divisão da realidade social em esferas pública e privada e a organização do saber segundo a dicotomia objetividade/subjetividade, científica/não-científica. Desenvolve assim uma nova concepção do saber e da abordagem sociológica, onde o pessoal, a afetividade, as emoções e, no conjunto, os meios pelos quais as mulheres foram capazes até hoje de articular essa realidade social, não são mais excluídos." (1982, p. 51)

Mas ainda que o feminismo seja, ao mesmo tempo, uma nova maneira de ver a realidade e um movimento social organizado, há quem veja certo distanciamento entre as intelectuais e o movimento de mulheres. Navarro (1979), por exemplo, comenta que no Brasil, ao contrário do que ocorreu nos Estados Unidos e em alguns países europeus, os estudos sobre a mulher não surgiram de um vigoroso movimento feminista de liberação, o que teria contribuído para um distanciamento entre a pesquisa, enquanto reflexão acadêmica e a ação, como prática transformadora da realidade e, concomitantemente, para um distanciamento entre o pesquisador e o objeto esco-

lhido de pesquisa.

A idéia de uma oposição entre a pesquisa sobre a mulher e o movimento feminista contudo, repousa tanto na concepção confusa do papel das intelectuais quanto numa definição estreita do próprio movimento. Uma certa divisão de trabalho é inevitável e mesmo indispensável para a utilização mais eficaz de todos os recursos e energias disponíveis. "Que algumas mulheres elaborem as fermentas teóricas, enquanto outras as publiquem e que todas as possam utilizar, que algumas façam campanha nas ruas, outras nas clínicas, nas escolas ou nas universidades, isso não deve ser uma razão para uma divisão no movimento de mulheres. Todas as mulheres estão unidas no terreno de sua opressão cotidiana constituída principalmente pelo trabalho doméstico, as condições atuais da maternidade, da sexualidade e da educação. Esta diversidade é simplesmente a prova tangível de que o movimento de mulheres é um movimento de muitas vozes." (Dagenais, *op. cit.*, p. 63)

No Brasil, o movimento de mulheres, que ressurgiu em 1975, inicialmente sente-se coagido a afirmar sua primordial solidariedade à chamada luta geral pela democratização — então definida como luta pelas liberdades civis e contra a carestia. Só alguns anos mais tarde é que começam a aparecer suas reivindicações específicas. Desde seu surgimento tem tido uma interação constante com intelectuais que se dedicam ao estudo da mulher e que têm contribuído com importante fonte de legitimação para o movimento.¹

A evolução da posição das intelectuais — de um modo geral — passa pela mesma trajetória que o resto do movimento. Avesas inicialmente a uma posição declaradamente feminista, pouco a pouco sentem-se à vontade para assumi-la. Há, evidentemente, exceções, tanto de um lado como de outro. Pesquisadoras que se declararam feministas antes que o movimento de mulheres ousasse fazê-lo e outras que até hoje se apegam a posições antifeministas.²

Essa aparente distância entre o movimento feminista e a pesquisa acadêmica sobre a mulher se explicitou durante o Seminário sobre a Mulher na força-de-trabalho na América Latina realizado no Rio de Janeiro em 1978, entre cujas propostas figura a necessidade de uma revisão metodológica que aproxime a reflexão teórica da prática política.

Dentro dessa perspectiva, a adoção de uma metodologia participativa neste projeto é, portanto, uma tentativa de integrar o compromisso feminista com a prática acadêmica. A pesquisa é vista neste caso como um recurso para a geração de conhecimentos que serão posteriormente utilizados na transformação da condição das próprias mulheres pesquisadas, bem como de outras em situação semelhante. O processo de realização da pesquisa, tão importante quanto os resultados finais, é tomado como processo educativo, ao longo do qual pesquisadores e sujeitos pesquisados interagem e se ensinam mutuamente.

Claro que esta não é a única via possível para uma ação articulada, como intelectuais e participantes de movimentos de mulheres. Apenas nos pareceu a mais estimulante no momento de iniciar o trabalho. Não se mostrou, contudo, um caminho mais fácil, do qual o sexismo

já tivesse sido varrido e onde a pesquisa sobre a mulher já tivesse sido incorporada. Ao contrário, para surpresa nossa, ao rever a literatura sobre esta nova metodologia, que se propõe a democratizar o conhecimento e a dar a voz aos oprimidos, verificamos que mais uma vez a mulher está ausente, como se não fosse parte integrante das "camadas populares" às quais a nova pesquisa se dirige.

Adotar a metodologia da pesquisa participativa em pesquisa sobre a mulher passa portanto, necessariamente, pela revisão crítica desta nova proposta, embora, para muitos, levantar a questão da opressão sexual das mulheres das camadas populares talvez seja inoportuno, pois significa trazer o conflito para dentro de um grupo que se deseja unido para uma causa comum. Trabalhar pela superação da condição dos oprimidos não pode, contudo, deixar de incluir a revisão de todos os níveis em que se dá a dominação, até os mais íntimos e privados.

ESSE SEXO QUE É NOSSO: RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA

Na década de 70, movimentos sociais de base surgiram na cena brasileira, após um longo período de desmobilização provocado pelos métodos repressivos do governo militar. O movimento de mulheres era e ainda é um dos mais combativos, com amplo espectro de formas e objetivos. Nas grandes cidades, inúmeros pequenos grupos de mulheres de baixa renda vêm reivindicando água, esgoto, creches e outros benefícios considerados urgentes na comunidade. Contrariando as expectativas dos partidos políticos tradicionais — tanto da esquerda quanto da direita — uma das necessidades mais freqüentemente apontada é a da educação sexual. Nos Congressos da Mulher Paulista, especialmente no segundo, que teve lugar em 1979, mulheres das camadas populares, reunidas em pequenos grupos, disseram que um dos temas que mais tinham interesse em discutir era o das relações entre os sexos.

Considerando o forte preconceito contra o assunto — na medida em que é considerado tanto imoral quanto não-político —, essa manifestação só veio à tona, provavelmente, devido à enorme carga de conflitos que a reveste e indicou que a repressão sexual também faz parte do rol de preocupações das mulheres de baixa renda.

A carência de informações e o desconhecimento do próprio corpo em relação ao sexo, à concepção, gravidez e parto também vinham sendo apontados pelas mulheres, em outros encontros, como algumas das mais gra-

¹ Só para citar um exemplo, em 1975, em comemoração ao Ano Internacional da Mulher, patrocinado pela ONU e realizado no Rio de Janeiro, no qual tomaram parte pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas, professoras da Universidade de São Paulo e de outras instituições, foi fundado o Centro da Mulher Brasileira, um dos primeiros grupos feministas organizados.

² Recentemente (em maio de 82) o vigor e o entusiasmo que marcaram a organização, em São Paulo, da primeira sessão do Tribunal Bertha Lutz, para julgar casos de discriminação contra a mulher no trabalho, atestam a possibilidade e a riqueza de um trabalho integrado entre acadêmicas e militantes feministas.

manteve o grupo predisposto a trabalhar conosco ao longo de alguns meses de reuniões periódicas; é provável que tenha sido a percepção de que em nossa proposta havia um compromisso com a transformação de sua condição. E não só isso tampouco. Talvez na proposta de trabalharmos juntas, em interação com o grupo, tenham percebido que se abria um novo espaço para falar, refletir e ordenar os fragmentos dispersos de suas experiências do cotidiano. E que nesse mundo prático a assimetria sexual e a opressão da mulher, ainda que assumindo contornos próprios a cada classe social, manifestam-se de maneira muito familiar a todas nós, mulheres.

Uma atitude franca, aberta e não-autoritária garantiu nossa inserção no grupo.³ Dissemos que queríamos fazer uma pesquisa sobre sexualidade e que dela resultariam folhetos a serem distribuídos a vários grupos de mulheres. Propusemos que a escolha dos temas específicos fosse feita por elas e que, através das discussões, fôssemos aprendendo o que, e de que forma, colocar nos folhetos.

Os primeiros temas solicitados foram os socialmente mais aceitos: educação sexual dos filhos, métodos anticoncepcionais e o corpo humano. Temas mais controversos, como o aborto ou o homossexualismo, provavelmente por estarem sujeitos a maior repressão, não foram mencionados durante essa etapa da pesquisa. Contudo, logo aos primeiros contatos algumas foram bastante explícitas em solicitar que se falasse sobre o prazer.⁴

ENSINAR APRENDENDO

Algumas vezes foi difícil fugir a uma postura expositiva. Nas primeiras reuniões, sobre a anatomia e o funcionamento do corpo, as mulheres pediam muitas informações. Tentamos evitar o perigo de cair numa mera "aula teórica", encaminhando uma apresentação de "slides" a partir de desenhos que elas fizeram em grupo, nos quais expressavam sua própria representação do corpo feminino.

Procuramos interpretar a escolha de alguns dos temas: em que medida discutir a educação sexual dos filhos não era o caminho mais legítimo para falar da própria sexualidade? Como transmitir informações sobre métodos anticoncepcionais, tal como solicitado por elas, incluindo essa questão num contexto mais amplo, onde se discutissem as condições e os valores associados a uma opção livre e consciente pela maternidade?

Se o objetivo, enfim, dos folhetos era o de servir de instrumento para a reflexão, o entendimento, a explicação e a superação do cotidiano, era imprescindível que contivesse elementos desse cotidiano. Mas também era fundamental ultrapassá-lo e aproximar-se das reais conexões que ligam seus fragmentos aparentemente caóticos. Por isso, no processo da pesquisa, ao mesmo tempo que valorizamos a experiência particular de cada uma, procuramos compreender a sexualidade no conjunto das relações sociais. Falando dos prazeres ou da falta deles, discutimos como fica difícil "transar" quando toda a família se amontoa num só cômodo ou quando o desemprego bate à porta. (Folheto 5, *Muito Prazer*, p. 6) Mas percebemos também que não é só isso que conta, O desconhecimento do próprio corpo, a vergonha ou o nojo de certas partes, que desde pequenas nos incutiram, também

contribuem para uma vivência sexual pouco satisfatória. (Folheto 1, *Entendendo nosso corpo*, p. 9) Com uma educação repressiva quando menina, como pode a mulher sentir-se à vontade no exame ginecológico? (Folheto 4, *O exame ginecológico*, p. 11)

Levamos a questão das relações de dominação na família, que reproduzem a estrutura de poder de toda a sociedade, constituindo mecanismos eficazes para a formação de indivíduos dóceis e submissos. (Folheto 3, *Quando os filhos perguntam certas coisas...* p. 6) Discutimos a necessidade das mulheres se organizarem para lutar por seus direitos. (Folheto 2, *Será que eu quero ser mãe?* p. 10)

Nesse processo — talvez a parte mais importante de toda a experiência —, ajudamos o grupo a ter uma visão crítica de sua situação e a percebê-la como parte integrante de um conjunto de relações sociais. Esse trabalho foi feito em várias etapas. Cada tema escolhido foi debatido com o grupo, a partir de um esquema previamente preparado pela equipe de pesquisa. A avaliação da reunião, o relatório e as gravações dos debates foram usados na elaboração do primeiro esboço do folheto. Na volta ao grupo, discutia-se com as mulheres a primeira versão, analisando o conteúdo do folheto, seu estilo e suas ilustrações. Nesse segundo momento, a partir da crítica do material apresentado, retomavam-se as reflexões iniciadas no primeiro encontro.⁵ Pode-se dizer que os folhetos produzidos durante a pesquisa, se não foram feitos com a participação direta de todas as mulheres, contaram, no entanto, com sua colaboração constante, opinando, discordando e sugerindo alterações.

Durante a pesquisa também aprendemos e revimos alguns pontos de vista. Por exemplo, estamos convencidas que, ao contrário do que reza a teoria malthusiana, o controle da natalidade não pode ser uma solução para os problemas econômicos. No entanto, embora ainda acreditemos que as causas mais importantes da pobreza são as estruturais, a resistência das mulheres aos nossos argumentos e seu comportamento pouco a pouco nos convenceram de que as informações sobre a concepção e o acesso imediato às técnicas mais eficazes podem também ser elementos importantes para a melhoria de suas condições concretas de vida, a curto prazo. O que poderia parecer óbvio visto de fora foi, na verdade, para nós uma árdua experiência de aprendizagem, dado o acalorado debate político sobre esse tema, na América Latina.

3 Em outro grupo de mulheres ao qual tivemos acesso, foi impossível levar avante o projeto porque a assistente social que nos acompanhou, talvez por não ter entendido bem a proposta, disse ao grupo que queríamos "utilizar" suas reuniões para fazer uma pesquisa. Essa infeliz introdução provocou, de imediato, uma grande frieza por parte das mulheres e inviabilizou o trabalho naquele local.

4 O debate sobre o exame ginecológico seria introduzido durante o processo de pesquisa, por solicitação de algumas mulheres do grupo.

5 Em outros grupos de mulheres, aos quais essa primeira versão foi levada para teste, as discussões versaram apenas em torno das idéias e das ilustrações contidas em cada folheto.

ENTRE A DOCTRINAÇÃO E A NEUTRALIDADE

Procuramos evitar a falsa neutralidade e a imposição de autoritarismos. Uma das participantes, Laura, até comentou: "Das outras vezes, quando havia reunião, a gente sempre ficava calada, ouvindo as professoras. Vocês, ao contrário, não vêm dar aula pra gente."

Esta postura provavelmente ampliou o espaço de participação das mulheres, dando-lhes mais segurança para falar e a certeza de que seriam ouvidas. Não significa, contudo, que acreditemos que no conhecimento e na experiência dessas mulheres das camadas populares esteja a única e absoluta verdade. Concordamos com Bruno Trentin que, referindo-se ao movimento operário italiano afirma que "(a construção das respostas do movimento operário organizado) não nasce e não pode nascer do vazio: ela pressupõe sempre um conflito, uma confrontação com as ideologias que influem direta e indiretamente sobre a consciência das massas." (Trentin, 1980, p. 260)

Se os valores da classe dominante são interiorizados por todas as camadas, se não há um conhecimento popular puro e inteiramente autônomo, qual deve ser o papel do pesquisador participante? Decidimos refletir criticamente com as mulheres quando reproduzem, em seu discurso, fragmentos de uma ideologia que as vitima. Quando alguma delas afirmava que "mulher só é mulher quando é mãe", "aborto é crime", "sexo anal é violência", ou "homossexualismo é doença", era impossível ficarmos caladas, como que nos resguardando atrás de uma suposta neutralidade.

Quando se tratava de valores controvertidos, conquistamos aos poucos a confiança de expor os nossos sem receio de imposição, demonstrando respeito às convicções de cada uma. No debate sobre a maternidade, por exemplo, as mulheres se recusaram a aceitar a livre opção de não ter filhos. Para elas não há nada de errado com a mulher que não tem filhos, mas "desde que ela não possa tê-los".

Vimos que as mulheres também divergem entre si quanto a vários pontos. Sueli, por exemplo, imediatamente discordou quando Ana disse que se sentia obrigada a ter relações com o marido, mesmo sem vontade, porque era seu dever. Esse foi, aliás, um tema que gerou acalorado debate.

O mais importante é que as mulheres sempre se sentiram à vontade para discordar de nós, o que mostra que não são seres indefesos, prontos a "engolir" ingenuamente quaisquer valores, à sua simples menção.

Procuramos transmitir a elas os instrumentos do saber dominante indispensáveis para uma tentativa de superação do conhecimento de senso comum. Mais uma vez concordamos com Trentin quando afirma que nessa construção coletiva de um processo de conhecimento alternativo, nasce "a exigência de um conhecimento rigoroso da cultura das classes dominantes, de uma definição não pela ignorância e, portanto, pela subordinação, mas por uma tomada de consciência crítica, de uma nova relação com essa cultura." (Trentin, *op. cit.*, p. 261)

Sabemos, pelos relatos das participantes do grupo que, desde que os debates começaram, certos valores fo-

ram questionados e muitas informações foram incorporadas.

Desde as primeiras reuniões, Terezinha, pouco mais de 20 anos, duas filhas, e uma das mais animadas do grupo, dizia gostar do marido, embora nunca conseguisse satisfazer-se plenamente nas relações sexuais. Ficou surpresa e animada ao conhecer a função do clitóris — ou "campainha", como resolveram chamar. No encontro seguinte, ela contou que tinha conversado com o marido e, juntos, haviam procurado outras formas de se estimular sexualmente, conseguindo uma relação muito mais prazerosa.

Outra mãe, também jovem, tomava a pílula anti-concepcional "certinho, sempre no dia que tenho relações sexuais com meu companheiro..." Informar as vantagens e desvantagens de cada um dos métodos anticoncepcionais foi tarefa árdua, que só nos impusemos pela convicção de que as mulheres de Diadema — como de resto todas as mulheres das classes menos favorecidas — devem ter acesso aos mesmos conhecimentos científicos que nos permitiram a apropriação do nosso corpo e a regulação da nossa fertilidade.

E se alguns setores da vanguarda intelectual já estão produzindo um conhecimento alternativo, cabe discutir com o grupo, mas só depois que este, informado sobre o saber dominante, puder decidir livremente em que instâncias optar por um ou por outro. No caso do saber médico, esses grupos devem conhecer primeiro o sistema "regular" de saúde. Este exemplo talvez seja mais bem ilustrado através do tema da auto-ajuda e da medicina alternativa. Seguindo uma sugestão do grupo, discutimos as implicações de uma consulta ao ginecologista, tanto em termos da medicina tradicional ou institucional, quanto no que se refere a práticas de auto-exame.

O folheto que resultou desse debate enfatiza a necessidade de fazer exames regulares porque "os descontos dos nossos salários e os impostos que pagamos são usados também para a saúde" (Folheto 4, *O exame ginecológico*, p. 6); ao mesmo tempo, todavia, aponta para a possibilidade de auto-exame. E esta foi uma das experiências mais valorizadas pelas mulheres ao longo de toda a série de debates. Sugerimos que fosse feito um exame ginecológico no próprio barracão, pela médica da equipe, para que todas pudessem se conhecer por dentro. Lola, uma das mais assíduas do grupo, logo se ofereceu para ser examinada. Foi um momento emocionante. Tudo se passou num clima solene de algo importante para cada uma, inclusive nós, pesquisadoras. Houve muita curiosidade, muito espanto e admiração ao descobrir como a mulher é bonita por dentro, percebendo-se, pelos comentários, o quanto a experiência foi valorizada por todas.

Os depoimentos animados e a calorosa acolhida com que as mulheres de Diadema nos recebem a cada nova visita são tão inquietadores quanto gratificantes. Se é verdade que o novo conhecimento, produzido coletiva e criticamente, pode gerar alguns conflitos e acirrar algumas contradições, ao nível do cotidiano e da vida íntima de cada uma, também é certo que oferece valiosos subsídios para uma ação transformadora a partir do próprio grupo.

À GUIA DE CONCLUSÃO: A CONTINUIDADE DO PROJETO

Esta foi apenas a primeira etapa da pesquisa. Com o auxílio das mulheres de Diadema, cinco folhetos foram elaborados, estão impressos e serão distribuídos a vários grupos de mulheres em São Paulo e por todo o Brasil. A utilização desse material está sendo feita em debates em grupo, para que a reflexão crítica sobre o significado da sexualidade na experiência cotidiana de cada mulher e no contexto global seja feita coletivamente.

O anúncio da realização destes folhetos tem despertado o interesse de grupos de mulheres de todas as regiões do País. Atendendo a solicitações que nos foram enviadas, algumas pessoas da equipe de pesquisa têm coordenado grupos de mulheres para a discussão dos folhetos em várias cidades (São Luís, Teresina, Fortaleza, Natal, Recife, Porto Alegre, Brasília, Rio de Janeiro, etc.).

Foi elaborado um manual para utilização pelos próprios grupos. Novos folhetos, versando sobre outros temas, deverão ser elaborados em interação com outros grupos de mulheres, mas essa etapa só será iniciada após uma avaliação cuidadosa dos resultados obtidos na primeira.

Quanto ao clube de mães de Diadema, desde nosso primeiro encontro ficou clara a intenção de trabalharmos com o grupo durante um período determinado, após o qual nos retiraríamos. É provável que algum tipo de contato, mais informal do que o que se estabelece no decorrer de uma pesquisa, continue a se manter, dados os laços de amizade que se criaram entre nós, mas nada garante que isso de fato ocorra.

Sabemos que as mulheres gostariam que continuássemos com o trabalho. É difícil romper a ligação que se estabelece na pesquisa participante. Mas cabe a elas, agora, caminhar juntas, unidas entre si.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BONILLA, Víctor et alii. *Causa popular, ciência popular*. Bogotá, La Rosca, 1972. 78 p. (Por Ahí es la casa, 2).
- DAGENAIS, Huguette. Quand la sociologie devient action: l'impact du féminisme sur la pratique sociologique. *Sociologie et Sociétés*, Montreal, Université de Montréal, 13 (2): 49-65, Oct. 1982.
- DARCY DE OLIVEIRA, Rosiska. *As mulheres em movimento: ler a própria vida, escrever a própria história*. In: VIVENDO e aprendendo: experiências do IDAC em educação popular. São Paulo, Brasiliense, 1980, p. 39-67.
- FALS BORDA, Orlando. Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Pesquisa participante*. São Paulo, Brasiliense, 1981. p. 42-62.

- NAVARRO, Marysa. Research on latin american women. *Signs*, Illinois, University of Chicago, 5 (1): 111-120, Autumn 1979.
- TRENTIN, Bruno. Pesquisa sobre a consciência de classe. In: THIOLENT, Michel. *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*. São Paulo, Polis, 1980. p. 258-262.

FOLHETOS

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. *Esse sexo que é nosso*. São Paulo, 1982.

01. Entendendo nosso corpo.
02. Será que eu quero ser mãe?
03. Quando os filhos perguntam certas coisas. . .
04. O exame ginecológico.
05. Muito prazer.